

Bem aventurada é a serva do senhor: a construção da feminilidade das mulheres através do discurso Mariano

Well blessed is the Lord's servant: The feminity construction of women through Marian speech

Ismael Gonçalves Alves¹

Resumo:

Neste artigo busco apresentar algumas considerações acerca das representações de feminilidade, baseadas no modelo Mariano, que foram amplamente difundidas na cultura Ocidental burguesa dos séculos XIX e XX. Estes discursos, criados em torno de uma identidade fixa de Maria, baseados na castidade, obediência e passividade, exaltavam a condição servil do feminino, essencializando identidades de gênero na sociedade, na família e no interior da esfera doméstica. Fruto de intencionalidades específicas, estes discursos, criaram a imagem da mulher mártir, boa mãe, boa esposa, inteira auto-sacrifício e que acima de tudo se mantinha submissa aos homens. Essas forças sociais contribuíram para um longo processo de aculturação e domesticação das mulheres, que buscava tornar o feminino responsável pela casa, família, filhos, casamento e procriação, impossibilitando de todas as formas sua atuação fora da esfera doméstica, espaços destinado aos homens.

Palavras-chaves: Feminino; Feminilidade; Maria; Cultura Ocidental;

Abstrac:

In this article I present some considerations about femininity representations, based on Marian model, which were widespread in bourgeois Western culture of the nineteenth and twentieth centuries. These speeches, created around a fixed identity of Mary, based in chastity, obedience and passivity, extolled the servile status of women, essentializing gender identities in society, in the family and within the domestic sphere. The result of specific intentions, these speeches have created the image of the martyr wife, good mother, good wife, entire self-sacrifice and above all remained submissive to men. These social forces contributed to a long process of acculturation and domestication of women, who sought to make women responsible for home, family, children, marriage and procreation, preventing all forms its activities outside the domestic sphere, spaces for men.

Keywords: Female; femininity; Mary; Western culture;

Discussões Introdutórias

“Ser mãe é padecer no paraíso”
Ditado popular

Esta frase corriqueira e muito presente na cultura popular brasileira, expressa de certa maneira a forma ambígua como a maternidade é engendrada sobre o corpo feminino; ora entendida como parte integrante da realização pessoal da mulher, ora como uma imposição social que estabelece o lugar do feminino na sociedade e dentro da família. Assim, o artigo aqui proposto tem o intuito de estabelecer uma breve aproximação a respeito dos discursos propalados entre XIX e XX que de maneira

¹ Doutor em História, Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Paraná (2014), possui Mestrado em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2009) e graduação em História (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (2006). É Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico - PPGDS - na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

(in)direta, influenciaram o ideário burguês a cerca do conjunto de práticas e valores que se convencionou nomeá-los de feminilidade. A psicanalista Maria Rita Kehl, afirma que a sociedade burguesa dos séculos XVIII e XIX produziu um infindável número de discursos que buscavam promover a perfeita adequação das mulheres ao conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominados de feminilidade. Ainda segundo a autora, em função de particularidades biológicas de seu corpo e de sua capacidade procriadora, atribui-se às mulheres uma suposta vocação de ocupar um único lugar social – a família e o espaço doméstico – a partir do qual se construiu um destino singular para todas: a maternidade. (KEHL, 1998)

Este essencialismo, desencadeou uma série de críticas por parte das mulheres, feministas ou não, que refutavam o papel de mãe como o único e legítimo lugar social a ser ocupado por elas. Em partes, este fenômeno de politização das mulheres a respeito da maternidade teve o seu primeiro grande eco com a publicação do livro de Simone de Beauvoir (1980), no qual a autora dedicou uma parte de seus escritos a questão da maternidade contestando todo o determinismo biológico e divino, que envolvia o feminino e sua função materna. Esta refutação da maternidade como caminho natural das mulheres, lançou bases para o entendimento da mesma como um fenômeno sociocultural marcado pelas desigualdades sociais, étnicas/raciais e pelas questões de gênero que lhes eram intrínsecas. (SCAVONE, 2001) Para algumas feministas, a maternidade era um elemento central para explicar a dominação de um sexo sobre o outro, pois encarcerada no processo biológico de reprodução (gestação, parto, lactação e cuidados infantis) a mulher era expulsa do espaço público, e confinada no doméstico onde era tutelada pelo masculino. Para Lucila Scavone (2001), esta politização das questões privadas que eclodiram com o feminismo contemporâneo que refutava todo o determinismo biológico que reservava às mulheres o destino social de mães, “a maternidade começava, então, ser compreendida como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade, isto é, causa principal da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino”. (p. 138)

Embora existissem ferrenhas críticas feministas estabelecidas em torno da maternidade, outras vozes, também de mulheres, ecoaram ainda em meados século XIX em defesa da mesma e dos direitos materno-infantis. Para esta corrente, a maternidade fazia parte da identidade feminina, que as delegava um poder insubstituível que só as mulheres possuíam e que os homens invejavam. Esta reaproximação entre o feminismo

e a maternidade ocorreu com maior intensidade entre os anos de 1970 e 1980, quando a corrente conhecida como *diferencialista*², resgatou a maternidade atribuindo a ela parte da identidade e dos poderes femininos.³ Segundo Lucila Scavone, o movimento feminista passou de posições que ressaltavam implicações sociais negativas para as que valorizavam seus aspectos psico-afetivos:

No seu conjunto, essas reflexões constituem uma crítica feminista ao discurso dominante da “invenção da maternidade”. Os elementos deste contra-discurso contribuíram para maior tomada de consciência das mulheres na construção de uma escolha reflexiva da maternidade. Por outro lado, contribuíram para o questionamento mais profundo das relações de gênero na família, (re)discutindo o lugar do pai. Esta crítica foi renovando, [...] os estudos feministas sobre a maternidade [...]. (SCAVONE, 2001)

Frente a este conjunto imposições socioculturais explicitamente marcadas por posições androcentristas, sexistas e binaristas, novas correntes epistemológicas, como os estudos da pós-modernidade e das relações de gênero, buscaram desconstruir as imagens naturalizadas do feminino. Estes recentes empreendimentos epistêmicos desnaturalizaram as antigas concepções baseadas na natureza e enraizadas traços biológicos que delimitavam os conceitos de feminilidade e de masculinidade, amplamente difundidos em diversos setores da sociedade. Segundo Arleen Dallery (1997), o feminismo norte americano através dos *Woman's Studies* passou a questionar a ausência das experiências, da história e das vozes femininas nas diversas disciplinas do conhecimento e da arte Ocidental, que se estruturaram sem fazer referência alguma às mulheres como objetos de pesquisa ou como agentes da história. A fim de remediar este silêncio, as cientistas sociais feministas, com o auxílio de fontes não tradicionais, buscaram construir e discutir a vida cotidiana das mulheres em diferentes localizações de tempo e espaço. Nesta mesma perspectiva, Andreas Huyssen (1992), afirma que esses movimentos de mulheres proporcionaram mudanças significativas nas estruturas sociais, deslocando o eixo epistêmico tradicional, ao propor novas interpretações sobre as relações de poder entre homens e mulheres, e os processos sócio-culturais construídos em torno ambos. O desafio não era apenas evidenciar que o feminino teve uma história somente sua, ou então que as mulheres participaram ativamente dos

² Ver mais sobre o feminismo da diferença em PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHIMIDT, Simone (Orgs.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Mulheres, 2004.

³ Ver RAGO, Margareth. Feminismos e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHIMIDT, Simone (Orgs.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Mulheres, 2004.

grandes processos históricos, mas sim perceber que essas relações eram, sobretudo, teóricas e metodologicamente construídas.

Esta guinada epistemológica em torno de conceitos como feminilidade e maternidade, forma impulsionadas pelo surgimento da categoria Gênero, que desencadeou um movimento analítico que priorizava as dimensões relacionais da cultura e da sociedade. Para a historiadora Joana Maria Pedro (2005), os anos de 1970 e 1980, foram de fundamental importância no campo das ciências humanas e sociais, pois eles inauguraram no interior da academia a categoria gênero que ampliou significativamente o escopo analítico para compreender as relações sócio-culturais entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens. Este marco teórico possibilitou a contestação da visão masculinizada da sociedade, ao mesmo tempo em que questionou a ideia de que características consideradas femininas ou masculinas eram naturais e inerentes ao sexo, afirmando que as mesmas eram formadas por um complexo processo individual/coletivo, carregado de fatores socioculturais que as condicionava. Para a socióloga Noelia Melero Aguilar (2010), o uso da categoria gênero dentro das ciências sociais e humanas permitiu a compreensão das distinções entre “sexo/gênero”, entendendo o primeiro como um campo biológico-anatômico e o último como uma construção simbólico/cultural:

Desta forma, este discurso epistêmico, se concentra na premissa de que cada sociedade constrói seus significados de “masculino” e de “feminino”, em função de aspectos culturais, políticos e religiosos, que os caracteriza, entendendo também que estas identidades [em muitos casos são forçadas] a construir e se basearem em aspectos biológicos. [tradução do autor] (p.75)

Uma vez que sexualidade e as construções identitárias de gênero são definidas pela cultura e, as culturas são distintas em muitos aspectos, seus conceitos e significados não podem ser fixos. Com isso, sobressai-se a necessidade de averiguar as maneiras pelas quais os mesmos foram sendo *reapropriados* ou modificados ao longo do tempo, priorizando “a desconstrução de binarismos estereis que facultam lugares fixos e naturalizados para os gêneros”. (MATOS, p. 336) Enfatizar as relações de gênero dentro da pesquisa histórica é procurar dar visibilidade, sobretudo, mas não somente, a atuação de mulheres e de outras minorias de gênero, que durante muito tempo ficaram a margem da produção de conhecimento. Esta aproximação com estes estudos contribui sistematicamente para o fornecimento de novas ferramentas

teóricas e metodológicas, para a interpretação da realidade, possibilitando assim re-significações e re-elaborações de questões centrais para as ciências humanas e sociais. Parafraseando Susan Okin (2008, p. 306), “gênero [...] é um conceito usado por aqueles que entendam não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas”.

Com base nessas perspectivas teóricas, busco apresentar através de um personagem mítico, importante para a cristandade ocidental, Maria, como certos conceitos de feminilidade e maternidade foram impostos e difundidos ao longo dos séculos XIX e XX. Maria segundo a tradição cristã primitiva, não possuía atributos que até hoje lhes são conferidos como a castidade e virgindade, estas novas concepções entorno de seus aspectos morais foram tecidas ao longo de séculos pelos diversos concílios organizados pela igreja até se tornar dogma definitivo em 1854 através da bula papal *Inefabilis Deus*. Estas tensões criadas em torno de da figura mitológica de Maria acabaram gerando determinados preceitos dogmáticos de fé – virgindade perpétua, santidade absoluta, imaculada concepção e assunção aos céus – e que de certa forma corroboraram para difusão de práticas e valores ligados, sobretudo, a um ideal moral de valorização da maternidade e da feminilidade, que foram amplamente difundidos pela sociedade burguesa industrial, a fim de estabelecer um suposto controle sobre o feminino.

A idealização do feminino através do discurso Mariano

*A minh'alma engrandece o Senhor e o meu
espírito se alegrou em Deus meu Salvador;
Pois Ele me contemplou na humildade da sua
serva;
Pois desde agora e para sempre me
considerarão bem-aventurada;
Pois o Poderoso me fez grandes coisas.⁴*

O trecho acima selecionado é parte integrante da canção *Magnificat*, escrita e dedicada à exaltação da Virgem Maria, na qual são destacadas algumas das principais qualidades de santa como a bem-aventurança e a humildade servil. Estas prédicas

⁴ Trecho da música Magnificat (conhecido como Canção de Maria) adaptado do Evangelho de Luca (1: 46-55)

constantemente aparecem em diversas manifestações da liturgia cristã dedicada a adoração à Santa, e são exaltadas como qualidades inerentes da ideologia mariana. Para a cientista das religiões Carolina Teles Lemos (2006), os discursos a respeito de Maria foram adotados pela sociedade burguesa ocidental como um modelo feminilidade a se seguido por todas, exaltando “[...] o papel natural da mulher como mãe, atribuindo-lhe todos os deveres e obrigações na criação do(a)s filho(a)s e limitando a função social feminina à realização da maternidade”. (p. 89) No século XIX difundiu-se uma vasta construção discursiva, do ponto de vista masculino, daquilo que era entendido como feminilidade, para Maria Rita Khel (1998), esta sociedade tentou impor para todas as mulheres uma sexualidade que só seria satisfeita através do parto da vida doméstica. Ainda segundo as reflexões da autora, a família nuclear e o lar burguês foram tributários da criação de um modelo de feminilidade cuja principal função era promover o casamento e a procriação da espécie.

Desta forma, a ascensão da sociedade burguesa como modelo balizar de comportamento, a partir do século XIX, operou intensas mudanças nas sociabilidades modernas e contemporâneas, exigindo novos padrões de comportamentos, forjando subjetividades, sentimentos e sensibilidades. Outrora profundamente ancorada nas relações de parentesco e na comunidade, a família moderna fechou-se em si, expulsando de seu convívio a vasta rede interacional formada pela parentela, rompendo os elos que ligavam gerações passadas e futuras. Para Edward Shorter (1995) em sua jornada para o interior do mundo moderno, a família:

[...] separou-se da comunidade circundante, guardada agora por altas muralhas de privacidade. Largou as suas ligações com os parentes afastados e alterou fundamentalmente mesmo a sua relação com os familiares mais chegados. Apartou-se da linhagem, essa cadeia de gerações que se estende através do tempo: enquanto dantes as pessoas podiam responder a perguntas como “quem sou eu?” apontando os que tinham vivido antes e viriam depois, no século XX as respostas eram outras. (p. 09)

A partir reflexão acima, podemos evidenciar que a família nuclear burguesa, como semente elementar desta nova sociedade, solidificou novas relações baseadas no individualismo e no racionalismo. Assim, pouco a pouco, ela afastou-se do modo de vida tradicional, na qual era considerada uma unidade produtiva e reprodutora, destinada, sobretudo, a transmitir patrimônio e posição social. Fechada em si e difusora a ordem capitalista, a nova família alicerçou sobre austeros códigos comportamentais

marcadamente heterossexuais e sexistas, os quais (re)definiram, de maneira rígida, funções sociais e identidades de gênero para cada um de seus membros – o homem pai e provedor; a mulher esposa, dona-de-casa e mãe; e os filhos e bem maior do casal. Esta família conjugal confiscou a sexualidade “o casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade [...]”. (FOUCAULT, 1990, p. 09) Principal fonte de coerções morais e físicas da sociedade burguesa sobre o ímpeto individual, a família determinou limites claros para o exercício da sexualidade a partir de uma cláusula *pétrea*: o casamento. Para Martine Segalen (1999), no cerne do dispositivo burguês:

[...] a família defini-se como o local da ordem, como detentora de um poderoso modelo normativo em que toda e qualquer divergência é considerada como um perigoso desvio moral. É nesse cadinho que se forjam os valores necessários à realização individual, fruto de virtudes morais que foram sendo inculcadas ao longo de um prolongado processo de socialização. (p. 18)

Neste processo de aculturação fomentado pela sociedade burguesa no desencarrilhar do século XIX e início do século XX, a mulher foi peça fundamental na imposição de uma nova ordem social. Ao homem destinou-se o fabuloso mundo exterior, repleto de novidades e competições, na qual funções consistiam, segundo o *ethos* burguês, “prover a assistência material da família, otimizar a reprodução física da ‘raça’ e maximizar o patriotismo da sociedade”. (COSTA, 1989, p. 240)

Se pudéssemos criar uma alegoria em torno da figura do homem industrial segundo os padrões vigentes e preconizados pelos predicados burgueses, ela se assemelharia a imagem do “desbravador” que cotidianamente afasta-se de sua terra natal (a casa) e luta contra as adversidades e as desventuras do mundo selvagem (o mundo industrial) representando sua pátria (a família) em busca de fortuna e status, segundo Marlene de Faveri (2005):

O conceito de homem, na época é aquele que não deixa a família à mercê, mas a protege, alimenta, e trabalha – o trabalho como valor e sinônimo de dignidade. Segundo os pressupostos burgueses, o trabalho é uma virtude, liberta o homem do mundo da natureza e lhe garante a condição de ser livre [...] o trabalho retinha a idéia de virtude imbuída do liberalismo: ser cidadão era produzir riquezas, [...] e estar moralmente dentro da concepção dos direitos e deveres para com o Estado [...] Isto era ser homem naquele momento, pautado no ideário que permeava o universo masculino: prover a família, melhorar de

vida, ser honrado, e assentado nos valores de família e pátria. (p. 03-04)

Ao contrário do masculino, sobre as mulheres recaíram fortes amarras em torno de seus comportamentos e sua sexualidade. Esperava-se delas, dedicação ao marido e aos filhos, pois “a abnegação e o auto-sacrifício pela família representavam um [...] papel especificamente feminino”. (SHORTER, 1995, p. 09) Segundo a tradição judaico-cristã, que marcou de forma acentuada os valores da ocidentalidade, as mulheres deveriam constituir-se como um complemento do homem. Ocultada por sua sombra ela deveria seguir todos os passos da Virgem Maria que desde a anunciação, manteve-se triplamente sobrepujada pelo masculino (Deus, José e Jesus). Submissa e obediente ao futuro que lhe foi traçado, Maria foi chamada para formar uma família ilibada e dar a luz ao salvador, que resgataria a humanidade das trevas e do pecado, e por esta característica altruística, sua imagem foi rotineiramente confiscada pela sociedade burguesa para servir como baliza moral para todas as mulheres.

[...] Maria, [...] apresenta um carácter único face a todas as outras mulheres, por vezes até paradoxal. Para isso contribuem as noções de virgindade e castidade, por um lado, e de maternidade, por outro. A mãe de Jesus é um modelo do qual as mulheres se devem aproximar, mas isso afigura-se praticamente impossível devido à natureza perfeita e inigualável daquela. (RIBEIRO, 2000, p. 03)

De acordo com Sandra Duarte de Souza (2008), os sistemas simbólico-religiosos instituem-se como importantes mecanismos na construção das subjetividades individuais e coletivas atuando de maneira estruturada e estruturante. Mesmo com o declínio do poder regulador da religião nas sociedades secularizadas, ela ainda constitui-se como uma poderosa ferramenta indenitária que influencia na maneira como os sexos se reconhecem socialmente. Ao inscrever-se sobre o subjetivo, nas particularidades de cada sujeito a religião exerce uma profunda marca na constituição social dos indivíduos, estabelecendo normas, ditando condutas e influenciando comportamentos. Desta forma, é possível asseverar que o Cristianismo desempenhou papel centralidade na construção das identidades de gênero forjando modelos discursivos e normativos, que em diversos momentos históricos foram naturalizados pelos sujeitos, conforme Joan Scott (1999, p. 13), “esse pensamento [naturalizou] categorias como homem, mulher, preto, branco,

heterossexual e homossexual, ao tratá-los como características inerentes aos indivíduos”.

Ao entendermos as identidades de gênero como construções socioculturais e históricas, o modelo Mariano tão difundido pela Igreja Católica e por outras instâncias de poder, pode ser compreendido como fruto de intencionalidades específicas, que dignificavam as mulheres enquanto mártir, auto-sacrifício, boa mãe, boa esposa e acima de tudo se mantinham submissas as vontades dos homens. Essas forças sociais contribuíram profundamente para um longo processo de aculturação das mulheres, tornando-as responsáveis pela casa, família, casamento e procriação; responsabilidades estas que remetiam a abnegação da Virgem Maria que era piedosa, nutridora, dedicada e assexuada. (BALDWIN, 2000) Segundo a socióloga Silvana Mota Ribeiro (2000), o modelo ideal de feminino apresentado nos discursos da Igreja se baseava no arquétipo idealizado de Maria, através do exemplo de perfeição que esta teria sido. São basicamente três as figuras do ideal feminino católico: a mulher como esposa, como mãe, e como virgem. Esta mística social em torno das mulheres pode ser encontrada em diversas prédicas católicas, destacando-se entre elas a Carta Encíclica *Lumen Gentium*, no qual:

[...] Maria, filha de Adão, dando o seu consentimento à palavra divina, tornou-se Mãe de Jesus e, não retida por qualquer pecado, abraçou de todo o coração o desígnio salvador de Deus, consagrou-se totalmente, como escrava do Senhor, à pessoa e à obra de seu Filho, subordinada a Ele e juntamente com Ele, servindo pela graça de Deus onipotente o mistério da Redenção. (VATICANO, *Lumen Gentium*, 1964)

Segundo o modelo bíblico de feminino, fortemente arraigado na tradição judaico-cristã, no qual Maria era seu exemplo mais bem acabado, a mulheres deveriam ser “sensatas, honestas, boas donas de casa, bondosas, sujeitas ao marido, para que a palavra de Deus não fosse difamada”. (BIBLÍA, (Tt, 2,5)). Neste sentido a mulher era tratada como uma das posses do marido, não existindo em si mesma, ela só existia quando submissa ao pai – quando solteira; na submissão ao marido – quando casada; e na submissão ao seu senhor – quando escrava, ou seja, o seu destino estava atrelado aos desígnios do masculino.

Auto proclamada guardiã perpétua da cristandade, a Igreja Católica Apostólica Romana, difundiu amplamente o modelo mariano de feminilidade no qual as mulheres

deveriam balizar seus comportamentos a fim de comungarem seus pecados. Fortemente influenciada pelas teses Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, a sexualidade feminina ocidental limitou sua vivência sexual a padrões determinados pela religiosidade, nas quais a virgindade, a abstinência, o ascetismo, o celibato tornaram-se modelos acabados. Os dogmas marianos construíram uma imagem de Maria extremamente submissa e resignada, perfeição do feminino na terra. Ao contrário de Eva que era portadora do pecado original, Maria segundo a bíblia, era uma mulher celibatária, virgem antes, durante e depois do parto, sua vida deveria ser exemplo para todas. (ALVES; SANFELICE, 2011). Essa noção de santidade e virtude criada em torno de Maria em diversos momentos históricos construiu e difundiu essa imagem de perfeição que deveria ser seguida por todas as mulheres:

Imitai-a, minhas filhas, a vida de Maria seja para vós a imagem da virgindade, da qual irradie como de espelho o encanto da castidade e o ideal da virtude. Seja ela o exemplo da vossa vida, pois os seus admiráveis ensinamentos mostram o que deveis corrigir, copiar e conservar. Ela é o modelo da virgindade. É tal a natureza de Maria que, para lição de todos, basta a sua vida. Por conseguinte, Maria deve ser a regra de nossa vida. Tão grande era a sua graça, que não só conservava em si a virgindade, mas comunicava o dom da integridade àqueles que visitava. Santo Ambrósio tinha razão de afirmar: “Oh, riquezas da virgindade de Maria”! Por causa dessas riquezas, [...] contemplem a virgindade de Maria para observarem com mais fidelidade e perfeição a castidade do próprio estado. (VATICANO, *Sacra Virginitas*, 1954)

A imagem assexuada construída em torno da identidade de Maria desvela a intencionalidade de domesticação dos ímpetus sexuais femininos. Fonte da vida, mãe imaculada e preservada do pecado por sua virgindade, esta idéia reforçou uma representação negativa da sexualidade humana, na qual o sexo estava incondicionalmente atrelado a ideia de pecado. Cercar, controlar e instrumentalizar a sexualidade feminina desde a mais tenra idade em favor do bem coletivo, tornou-se uma obsessão das sociedades ocidentais “há muito tempo a ‘virtude’ tem sido definida em termos da recusa da mulher em sucumbir a tentação sexual [...]”.(GIDDENS, 1993, p. 13) Vigiado, controlado e eventualmente punido, o corpo da mulher entra em um maquinário de poder que o articula e o recompõe contento impulsos e suprimindo desejos “é um corpo dócil que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado [...] o corpo esta preso no interior de poderes muito

apertados que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”. (FOUCAULT, 2007, p. 118) Filhas de Eva, enganadas pela serpente, a perdição do homem e portadoras do pecado original, as mulheres tinham na figura de Maria uma possibilidade de redenção, progenitora imaculada e pedra angular da sagrada família, ela era um modelo de mãe a ser seguido.

Momento mais sublime da existência feminina, a maternidade ligava umbilicalmente a mulher aos mistérios do divino, e através dela era possível alcançar a redenção, purificando-a de sua natureza pecaminosa “primeiro, foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi iludido, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. Todavia a mulher será salva pela maternidade, desde que com modéstia, permaneça na fé, no amor e na santidade”. (BIBLÍA, (1Tm, 2:13-15)). Para Carolina Teles Lemos (2006), a maternidade divina de Maria desempenhou um papel central no condicionamento feminino a certos padrões de feminilidade, pois ela representa o caminho de interação entre o humano e o divino “considera-se Maria, a mãe de Cristo Nosso Deus, como também a mãe universal de toda a humanidade, doadora de vida para toda a criação”. (p. 93) Neste sentido, a ideologia mariana de maternidade, encontrou terreno fértil na cultura ocidental ao compor identidades de gênero e normatizar a vida cotidiana das mulheres, naturalizando a figura da mãe como elo da família, cuidando de todos e zelando para que tudo estivesse em seu devido lugar.

Os discursos sobre a sexualidade feminina propalados pela sociedade burguesa dos séculos XIX e XX reduziram as funções da mulher à procriação, nesse contexto, o discurso em torno do sexo propagava a mera função reprodutiva sem a possibilidade de gozo. Segundo a historiadora Ana Paula Vosne Martins (2004), embora a sociedade moderna definisse a mulher pela sexualidade, muitos médicos defendiam a tese de que sua normalidade era ausência do desejo e a incapacidade do prazer sexual, neste discurso, a mulher normal seria anestesiada para o exercício de sua sexualidade, estando canalizada apenas para a reprodução. Para Foucault, os discursos propalados em torno do sexo tinham a intenção de forjar uma sexualidade economicamente útil e autocontrolada. Romper com as leis do casamento ou buscar “prazeres estranhos” mereciam condenação, o casal legítimo e procriador era aquele não cometia indiscrições sexuais, circunscrevendo suas atividades reprodutivas ao confinamento do seu quarto “o sexo dos cônjuges era sobrecarregado de regras e condenações”. (FOUCAULT, 1990, p. 38) Neste sentido, o exercício da sexualidade feminina só era aceito quando atrelada ao

homem e de preferência circunscrito a esfera do casamento monogâmico. Uma sexualidade desregulada e sem limites era inadmissível para a moral da época, sendo atrelada ao mundo das perversões, passível de regulações e interdições “as mulheres que almejavam o prazer sexual eram definitivamente anormais”. (GIDDENS, 1993, p. 33)

A mecânica do poder que ardorosamente persegue todo este despropósito só pretende suprimi-lo atribuindo-lhe uma realidade analítica, visível e permanente: encrava-o nos corpos, introdu-lo nas condutas, torna-o princípio de classificação e de inteligibilidade e o constitui em razão de ser e ordem natural da desordem. (FOUCAULT, 1990, p. 38)

Segundo a Guacira Lopes Louro (2000), durante muito tempo acreditou-se que a sexualidade era algo que, homens e mulheres, possuíam espontaneamente, dado pela natureza e inerente ao ser humano. Tais concepções se firmam na idéia de todos vivenciam e experimentam o corpo da mesma forma, de maneira universal, em apenas um único sentido, que supostamente seria construído por seu caráter biológico. No entanto, ainda segundo Guacira Lopes Louro, podemos entender que a sexualidade envolve linguagens, fantasias, rituais e representações, processos estes profundamente marcados pela pluralidade e pela cultura.

Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. (LOURO, 2000, p. 05-06)

Tanto o corpo quanto a sexualidade, ganham sentidos em contextos sociais determinados, recebendo desta forma fortes inscrições de gênero que são construídas em certas culturas, e por isso fortemente marcadas pelas relações de poder que lhes são intrínsecas. Todas as sociedades de alguma forma possuem algum tipo de distinção entre o masculino e o feminino, mas se aproximarmos radicalmente nossa lente caleidoscópica, podemos perceber que estas distinções se dão relacionadas ao corpo. Durante muito tempo, segundo Linda Nicholson, os textos como os da bíblia e os produzidos durante o período clássico, foram utilizados para afirmar as diferenciações entre o masculino e o feminino, justificando de certa forma a subordinação das mulheres aos homens. Baseados nestes escritos, uma série de intelectuais ocidentais construíram inúmeras teorias que buscavam construir o lugar do feminino na sociedade

condicionando sua existência a experiência masculina. Porém quando estes textos pararam de se sustentar por si, a natureza foi cooptada tornando-se um meio de fundamentação de todas as distinções entre homens e mulheres “o corpo passou a ser percebido como representante da natureza, ele assumiu o papel de “voz” da natureza [...] o corpo tinha que falar “essa” distinção de forma binária”. (NICHOLSON, 2000, p. 15) Os gêneros, a sexualidade e o corpo foram alvos de uma intensa produção discursiva, que saneava comportamentos, educava os corpos, explicava condutas, descrevia e reescrevia padrões de normalidade. Segundo Michel Foucault (1990, p. 35), a sexualidade configura-se em um dispositivo histórico que foi alvo de inúmeras disputas de poder. Por inscrever-se diretamente sobre a vida de cada indivíduo este dispositivo foi decomposto e dispersado em diversas instancias do cotidiano “que tomaram forma na demografia, na biologia, na psiquiatria, na psicologia, na moral, na crítica política”, desdobrando-se em uma complexa rede que em última instância se reúne cuidadosamente em torno de heterogeneidades sexuais e identidades de gênero.

De acordo com o discurso que normatizava o feminino sobre rígidos padrões, a mulher sem freios morais e que livremente lançava-se sobre o mundo dos vícios, afastava-se do ideal Mariano, e aproximava-se da imagem da meretriz. A prostituta era a representação de todos os desregramentos femininos e símbolo da sexualidade insubmissa, um contra-ideal de feminilidade. Símbolo de degeneração, a prostituição foi patologizada sendo inserida junto ao grupo das práticas consideradas pervertidas, como o onanismo e o homossexualismo. Considerada uma sexualidade improdutiva e muitas vezes hedonista, a prostituição tornou-se um dos símbolos de decadência e corrupção feminina. Segundo a historiadora Margareth Rago, alguns dos enunciados do discurso-médico construíram imaginariamente a figura da prostituta como aquela que se caracteriza por uma constituição biológica e ética em oposição à “mulher normal” e com traços de personalidade singulares. Segundo esta visão, a prostituta “tem um andar, um sorriso, um olhar, uma atitude que lhe são próprios; é preguiçosa, mentirosa, depravada, extremamente simpática ao álcool, despreocupada do futuro, e muitas vezes destituída de senso moral.” Tem um “apetite sexual exaltado (...), inato e incontido, que leva a precocidades, por vezes fantásticas, na prática de perversões ou mesmo do coito.”. (RAGO, MIMÉO, p. 42) A discussão feita em torno da prostituição polarizou a imagem de duas mulheres, a casta e a devassa, uma a imagem de Maria e a outra ligada

à figura da meretriz presente no livro do Apocalipse. Sobre a polarização das condutas humanas, Michel Foucault afirma:

[com] a qualificação dos comportamentos e dos desempenhos a partir de dois valores opostos do bem e do mal; em vez de uma simples separação do proibido, como é feito pela justiça penal, temos uma distribuição entre o pólo positivo e o pólo negativo; todo o comportamento cai no campo das boas e das más notas; dos bons e dos maus pontos. (FOUCAULT, 2007, p. 118)

Aproximar-se da imagem de Maria e afastar-se da prostituta, configurou uma necessidade para as mulheres da sociedade burguesa, que desde a infância eram criadas para contrair um bom matrimônio e serem mães, daí a necessidade de manterem-se ser castas e virtuosas. Segundo Maria Luna Freire, no início do século XX, o casamento era tido como fonte exclusiva da felicidade feminina e a maternidade o futuro indelével de todas as mulheres. (FREIRE, 2009, p. 83) Contudo, ressalto que separação entre dois pólos comportamentais, condizentes com os valores morais da mulher casta e da devassa, foi – e continua sendo – uma prática moderna indelevelmente atrelada a elementos de cunho religioso, marcados pela noção de bem e mal, certo e errado, que buscam nortear a vida “correta” das mulheres na modernidade.

Mesmo que instituído como um suposto discurso dominante, as representações de Maria não foram interiorizadas pelas mulheres da mesma maneira, muitas delas, escaparam das amarras que as atrelavam a um determinado destino naturalizado de mães e esposas submissas, rejeitando a conjugalidade monogâmica, tornando-se arrimos de família, refutando a maternidade e a domesticidade, vivendo intensamente todas as transformações do mundo moderno. Ao construir modelos antagônicos de feminilidade, a sociedade moderna tentou instituir padrões normativos para as práticas e condutas das mulheres ocidentais, no qual o amor e a sexualidade controlada deveriam ser atributos inerentes a condição feminina. Conforme o modelo de feminino difundido pela sociedade burguesa, a figura de Maria apresentou-se como uma baliza moral e exemplo de vida a ser seguido para todas as mulheres. Segundo a historiadora Bernadete Ramos Flores, ideal de mãe, cuidado e zelo, disseminado pela ideologia mariana, difundiu a figura materna da virgem sobre a metáfora de Maria Imaculada. (FLORES, 2002, p. 58) Maria foi transformada em um arquétipo para todas as mulheres da ocidentalidade, mas seu caráter extraordinário e único, quase impossível de ser seguido, acabava por afastá-la do restante dos indivíduos do sexo feminino. Aquelas que por algum motivo

depararam-se com a impossibilidade de preencherem este ideal, foram desqualificadas, transformadas em um anti-ideal e associadas ao mundo do pecado, reforçando e perpetuando desta forma profundas desigualdades de gênero.

Encerrando as discussões.

Dessa forma, neste artigo procurei destacar as maneiras pelas quais a sociedade ocidental através de seus rígidos padrões controle e códigos de conduta criaram entorno da sexualidade feminina representações que essencializavam certos atributos como parte de sua natureza biológica. Partindo destas reflexões, quando se compreende as identidades de gênero como uma construção social, é possível afirmar que o modelo Mariano difundido pela Igreja Católica e utilizado por diferentes instâncias de poder foi fruto de intencionalidades específicas, no qual se buscou forjar uma mulher mártir, boa mãe, boa esposa, inteira auto-sacrifício e que acima de tudo se mantinha submissa aos homens. Essas forças sociais contribuíram profundamente para um longo processo de aculturação e domesticação das mulheres, tornando-as responsáveis pela casa, família, casamento e procriação; responsabilidades estas que remetiam à abnegação da Virgem Maria que era piedosa, provedora, dedicada e assexuada. (BALDWIN, 2000, p. 490)

Neste sentido, é importante salientar que mesmo que séculos XIX e XX, tenham se construído inúmeras representações do feminino, estas não eram estáticas, mas sim deslizantes, proporcionando ao conjunto das mulheres discorrerem desta moral dominante e fortemente marcada pela masculinidade. Prostitutas, mães solteiras, celibatárias, divorciadas, operárias ou simplesmente mulheres, elas estabeleceram táticas cotidianas que burlavam os discursos estabelecidos que buscavam forjar seu lugar legítimo na sociedade. Por fim cito Michel de Certeau, quando afirma que é na vida ordinária que os indivíduos exercem as mais diferentes formas de se contrapor a um poder dominante. É nela que se encontra toda a potencialidade de rebeldia e também de dominação, é onde toda a vida humana é passível de uma normatização; mas é também, na vida cotidiana que se exercem as mais persistentes táticas, ou seja, “mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural”. (CERTEAU, 1994, p. 41) A partir destas análises, pode-se inferir, que mesmo criado com intenções totalizadoras, os discursos referentes a uma natureza inerente ao feminino, foram apropriados e reapropriados das mais diferentes

formas, demonstrando toda a complexidade das relações sociais e de poder estabelecidas entre homens e mulheres no contexto da modernidade.

Referências:

AGUILAR, Noelia Melero. Reivindicar la igualdad de mujeres y hombres em la sociedad: uma aproximación al concepto de género. In: **Barataria: Revista Castellano-Manchega de Ciencias Sociales**. Nº. 11. Madrid: ACMS, 2010.

ALVES, Ismael Gonçalves; SANFELICE, Pérola de Paula. Sexualidade Mítica: as múltiplas faces da feminilidade em Vênus e Maria. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Vol. 04. UEM: Maringá, 2011. p. 17-42.

BALDWIN, John R.; DESOUZA, Eros; ROSA, Francisco Heitor da. A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. In: **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**. 2000, 13(3).

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BÍBLIA. Traduzida por João Ferreira de Almeida. 2ª ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica norma familiar**. 5ª edição. Rio de Janeiro: edições Graal, 1989.

DALLERY, Arleen B. A política da escrita do corpo: écriture féminine. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997.

FÁVERI, Marlene de. **Guerra e papéis masculinos: reflexões na perspectiva de gênero**. In: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz. Londrina: ANPUH: 2005.

FLORES, Maria Bernadete. *O mito de Adão e Eva revisitado: acerca do masculino e do feminino na cultura da nação*. **Faces de Eva: estudos sobre a mulher**. N 7. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2007.

FREIRE, Maria Martha Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

HUYSSSENS, Andreas. Mapeando o Pós-Moderno. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pós-Modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Editora Rocco. 1992.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

LEMOS, Carolina Teles. Maternidade e devoções marianas: uma âncora na manutenção das desigualdades de gênero. In: SOUZA, Sandra Duarte (Org). *Genero e Religiao no Brasil: ensaios feministas*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

LOURO, Guacira Lopes (Org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MATOS, Marilese. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um novo campo para as ciências. In: **Revista de Estudos Feministas**. Nº. 16, Vol 02. Florianópolis: 2008.

NICHOLSON, Linda. Interpretando gênero. **Revista de Estudos Feministas**, vol 8, n. 2. 2000.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista de Estudos Feministas**. Ano 16. Vol. 02. Florianópolis: UFSC, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **HISTÓRIA**. Vol. 24. Nº.1. São Paulo: 2005.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHIMIDT, Simone (Orgs.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Mulheres, 2004.

RAGO, Luzia Margareth. **Imagens da prostituição na Belle Epoque Paulistana**. MIMEO.

_____. Feminismos e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHIMIDT, Simone (Orgs.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Mulheres, 2004.

RIBEIRO, Silvana Mota. **Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo**. In: Anais do IV Congresso Português de Sociologia. Universidade de Coimbra: 2000.

SCAVONE, Lucila. Maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**. N 16. 2001.

_____. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface**. 2001.

SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da, *et all* (orgs.). **Falas de Gênero**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999.

SEGALEN, Martine. **A revolução industrial**: do proletário ao burguês. in: (Orgs) BURGUIÈRE, André; et all. História da família: o ocidente: industrialização e urbanização. Volume 4. Lisboa: Terramar, 1999.

SHORTER, Edward. **A formação da família moderna**. Lisboa: Terramar, 1995.

SOUZA, Sandra Duarte de. A relação entre religião e gênero como um desafio para a sociologia da religião. In: **Revista Caminhos**. v. 6, n. 1. Goiânia: jan./jun 2008.

VATICANO. Carta Encíclica *Sacra Virginitas*. Roma, 25 de Março de 1954.

_____. *Lumen Gentium*. Roma, 21 de Novembro de 1964.

Artículo recebido: 18 de junio de 2016